

MERCADO DE TRABALHO E POPULARIDADE DO PRESIDENTE

Gilmar Mendes Lourenço

O conjunto de estimativas a respeito do desempenho real da economia brasileira, com ênfase para as variáveis do mercado de trabalho, e as sondagens qualitativas acerca dos humores da sociedade (empresários e consumidores), levantados para este começo de 2019, permitem delinear situação extremamente desfavorável que escapou até do radar dos analistas mais pessimistas ou mesmo dos segmentos de ferrenha oposição ao governo Bolsonaro.

Na verdade, a quase permanente relação conflituosa entre executivo e legislativo e a ausência de ações concretas do staff do palácio do planalto, na direção da rápida superação da depressão dos negócios, levou à contração do enorme capital político, conquistado nas urnas pelo chefe de estado em outubro de 2018, confusa tramitação das reformas institucionais, em especial a da previdência, na câmara dos deputados, e drástica compressão da confiança dos agentes no desencadeamento de um ciclo de retomada sustentada do crescimento.

Mais precisamente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de ter caído de 12,5% para 12,3% da população economicamente ativa (PEA), entre os trimestres móveis encerrados entre abril e maio de 2019, a taxa de desemprego permanece em níveis bastante elevados quando cotejados com o piso próximo de 6,0% da PEA, registrado em fins de 2013 e começo de 2014, e engloba 13,0 milhões de pessoas sem ocupação à procura de trabalho.

Em identificação mais perversa, a subutilização (desemprego aberto, desalento e jornada insuficiente) marcou o recorde de 25,0% da PEA, na média trimestral entre março e maio de 2019, contra 24,6% da PEA, em igual intervalo de 2018, o que representa 28,5 milhões de brasileiros em precárias condições de vida e à margem do consumo essencial. Apenas o contingente que desistiu de procurar trabalho soma atualmente 4,9 milhões.

Na mesma linha patológica, o rendimento médio real habitual (R\$ 2.289) recuou 1,5% em relação aos três meses anteriores e experimentou estabilidade em comparação com idêntico trimestre de 2018, e o grupo de trabalhadores por conta própria também bateu recorde, totalizando 24,0 milhões.

Em paralelo, o mercado laboral com carteira assinada, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, gerou 351,06 mil vagas líquidas entre janeiro e maio de 2019, o que, se adicionadas as 529,6 mil abertas em 2018, equivaleria à recuperação de menos de 1/3 dos 2,882 milhões de postos fechados durante a fase de recessão, observada entre 2015 e 2017.

Ademais, 73,0% das contratações líquidas verificadas entre janeiro de 2018 e maio de 2019 e 70,0% das acontecidas entre janeiro e maio do corrente ano, couberam ao setor de serviços, cuja peculiaridade repousa na geração de empregos de menor qualidade e, por consequência, no reduzido poder de elevação dos salários médios vis a vis os ramos da indústria de transformação, por exemplo.

Para agudizar o cenário adverso, pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontou impulso do endividamento e inadimplência das famílias brasileiras em maio de 2019. São 63,4% (10,24 milhões) das famílias com dívidas, 24,1% (3,86 milhões) com contas em atraso, em média de 63 dias, e 9,5% (1,58 milhões) sem qualquer possibilidade de quitação dos débitos. Em abril, as proporções eram de 62,7%, 23,9% e 9,5%, respectivamente.

O pior é que 78,6% dos brasileiros entrevistados pela CNC mencionaram possuir passivos no cartão de crédito, modalidade que, no rotativo, cobrava juros médios de 299,8% ao ano, também em maio de 2019, segundo acompanhamento mensal preparado pelo Banco Central (BC).

Por tudo isso, não constitui qualquer surpresa o decréscimo da intenção de consumo das famílias, igualmente avaliada pela CNC, pelo quarto mês seguido, em junho de 2019, chegando a 91,3 pontos, versus 98,5 pontos, em fevereiro de 2019. O índice varia entre zero e 200 pontos, denotando otimismo quando supera a marca de 100 pontos.

78,6% dos brasileiros entrevistados pela CNC mencionaram possuir passivos no cartão de crédito em maio de 2019.

O mais preocupante, porém, constitui a deterioração da aprovação popular à administração do presidente Bolsonaro que, aferida pelos conceitos ótimo e bom em sondagem do Ibope, despencou, nos extremos, de 49,0%, em janeiro, para 32,0%, em junho de 2019, configurando a pior performance, em começo de primeiro mandato, entre os presidentes brasileiros eleitos desde 1990.

A virada desse jogo inóspito depende menos de posturas e providências mirabolantes, centradas na aposta cega de aprovação da complexa reforma da previdência, propagandeada nos gabinetes políticos e consultorias financeiras como produto indispensável à devolução da funcionalidade da máquina estatal e restauração de ondas de ânimo da iniciativa privada, e mais de incursões objetivas de flexibilização do sistema de impostos e barateamento do crédito, via ampliação da concorrência entre as instituições.

Em sendo isso feito, seria um extraordinário começo para a diminuição da ociosidade dos fatores (trabalho e capital) e das circunstâncias de operação informal da matriz de produção e transações e o resgate de trajetória ascendente das receitas públicas, sem a necessidade de elevação da carga tributária.